

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.850.617 - RJ (2019/0074448-2)**

**RELATORA** : MINISTRA REGINA HELENA COSTA  
**RECORRENTE** : JUSSARA SOUZA COSTA  
**RECORRENTE** : ANA LOURDES MACHADO DE CARVALHO COELHO  
**RECORRENTE** : AYRA GONDIM SILVA  
**RECORRENTE** : MARIA DAS NEVES CARNEIRO PINHEIRO  
**RECORRENTE** : MARLENE MATOS DA ROCHA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ CARDOSO DUTRA JUNIOR - DF013641  
LEONARDO CAMANHO CAMARGO - RJ088992  
CLÁUDIO MÁRCIO DE BRITO MOREIRA E OUTRO(S) -  
RJ088980  
**RECORRIDO** : FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA  
E ESTATÍSTICA - IBGE

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto por **JUSSARA SOUZA COSTA e OUTROS** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no julgamento de agravo de instrumento, assim ementado (fls.576e):

***APELAÇÃO - EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO - LIQUIDAÇÃO PRÉVIA DESNECESSÁRIA - LEGITIMIDADE ATIVA - NECESSIDADE DE COMPROVAR FILIAÇÃO ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DO TÍTULO EXECUTIVO - IMPROVIMENTO***

- 1. Trata-se de apelação interposta contra sentença através da qual a Magistrada julgou extinta a ação de execução individual da sentença proferida nos autos de mandado de segurança coletivo, considerando ser imprescindível a prévia liquidação do julgado.*
- 2. O título judicial exequendo concedeu a segurança pleiteada pela DAIBGE para determinar que a autoridade impetrada promovesse o pagamento aos servidores aposentados e/ou pensionistas substituídos, da parcela denominada GDIBGE, na mesma proporção que era paga aos servidores em atividade. A obrigação de fazer já foi cumprida, de modo que, para a apuração de eventuais diferenças devidas às exequentes é necessária a elaboração de simples cálculos aritméticos, podendo ser promovida, desde já, o cumprimento do julgado na forma do art. 509, § 2º do CPC/15.*
- 3. Em se tratando de mandado de segurança coletivo impetrado por*

*associação, por se estar diante do instituto da substituição processual, prescinde-se da autorização dos associados (Súmula 629 do STF). Por outro lado, será legitimado para promover a execução individual da coisa julgada no mandado de segurança coletivo o interessado, desde que integrante do grupo ou categoria processualmente substituído pela parte impetrante.*

*4. O título executivo proferido nos autos do mandado de segurança coletivo autuado sob o nº 0002254-59.2009.4.02.5101, restringiu claramente sua abrangência a aposentados e pensionistas filiados à associação impetrante, de modo que as autoras, para ter declarada sua legitimidade ativa, devem comprovar que se filiaram à DAIBGE até o trânsito em julgado da decisão proferida naquele mandamus.*

*5. In casu, a ação foi proposta por um grupo de 05 pensionistas, que demonstraram sua filiação à DAPIBGE em agosto de 2016. O título judicial proferido no mandamus coletivo transitou em julgado em agosto de 2011. As autoras, portanto, não têm legitimidade para a propositura da ação executiva, eis que não eram filiadas à DAIBGE até o trânsito em julgado do título judicial que se pretende executar.*

*6. Conforme o princípio da causalidade, quem deu causa à propositura da ação extinta deve arcar com os honorários advocatícios, devendo, assim, ser mantida a condenação da parte autora ao pagamento da verba honorária.*

*7. Apelação cível conhecida e improvida (destaques meus).*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 620/629e).

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 1.022 e 502, 503 e 509, § 4º do Código de Processo Civil; 81, 82, 83, 97, 103 e 104 do CDC; 14 § 4º e 22 da LMS - Ofensa à coisa julgada, com violação dos arts. 502, 503 e 509, § 4º do CPC, uma vez que o título não restringiu os seus beneficiários aos associados que o fossem na data de impetração do writ coletivo, não cabendo impor essa restrição em sede de cumprimento de sentença.

Com contrarrazões (fls. 693/701e), o recurso foi inadmitido (fl. 707/709e), e posteriormente convertido em recurso especial (fl. 784/785e).

#### **Feito breve relato, decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do

provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, c, e 255, III, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

Não obstante impugne acórdão proferido em agravo de instrumento, entendo relevante registrar o cabimento do presente recurso especial, porquanto ausente a possibilidade de modificação do *decisum* originário, considerando não se tratar de decisão precária. Portanto, a insurgência endereçada à Corte é o caminho apropriado para impedir a preclusão da matéria.

De início, prequestionados, implicitamente, a tese recursal e os dispositivos tidos por violados, afasto a alegada ofensa ao 1.022, II, do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, os arestos:

***PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC - INOCORRÊNCIA - EXECUÇÃO FISCAL - MULTA MORATÓRIA APLICADA SOBRE MASSA FALIDA - INEXIGIBILIDADE.***

*1. Afasta-se violação do art. 535 do CPC quando implicitamente prequestionada a matéria objeto do recurso especial.*

*(...)*

*3. Recurso especial não provido.*

(REsp 1.218.364/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI – DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 27/02/2013).

***PROCESSUAL CIVIL – RECURSO ESPECIAL – INEXISTENTE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC – MATÉRIA VENTILADA IMPLICITAMENTE – VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458, II E III – INEXISTÊNCIA – ACÓRDÃO BEM FUNDAMENTADO –***

**DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO – ACÓRDÃO RECORRIDO DECIDIDO À LUZ DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL – VEDADO O EXAME DA CONTROVÉRSIA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL.**

1. Afasta-se a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC quando o Tribunal, ainda que implicitamente, emite juízo de valor a respeito da questão tida por omissa.

2. Em nosso sistema processual, o juiz não está adstrito aos fundamentos legais apontados pelas partes. Exige-se apenas que a decisão seja fundamentada, aplicando o magistrado, ao caso concreto, a legislação por ele considerada pertinente. Caso em que o Tribunal de origem bem fundamentou seu entendimento, afastando, ainda que implicitamente, as teses do recurso especial.

(...) 6. Recurso especial conhecido parcialmente, mas nessa parte não provido.

(REsp 1.049.969/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/06/2008, DJe 22/08/2008).

**TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. IPI. DIREITO DE CREDITAMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO-CONFIGURADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTETÓRIO. NÃO-OCORRÊNCIA. MULTA PREVISTA NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. DESCABIMENTO.**

1. Afasta-se a violação do art. 535 do CPC quando implicitamente prequestionada a matéria infraconstitucional deduzida nas razões do recurso especial.

(...)

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido para afastar a multa de que trata o art. 538, parágrafo único, do CPC.

(REsp 214.940/PI, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2005, DJ 27/06/2005, p. 308).

No mais, quanto à questão da legitimidade para execução do título formado no mandado de segurança coletivo, o acórdão recorrido consignou os seguintes fundamentos, *in verbis* (fls. 569/577e):

7. Por outro lado, será legitimado para promover a execução individual da coisa julgada no mandado de segurança coletivo o interessado, desde que integrante do grupo ou categoria processualmente substituído pela parte impetrante, consoante já se manifestou o Eg. Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO - TÍTULO JUDICIAL CONSUBSTANCIADOR DE SENTENÇA COLETIVA - EFETIVAÇÃO EXECUTÓRIA INDIVIDUAL - POSSIBILIDADE JURÍDICA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM PROCESSO COLETIVO. - O fato de tratar-se de mandado de segurança coletivo não representa obstáculo para que o interessado, favorecido pela sentença mandamental coletiva, promova, ele próprio, desde que integrante do grupo ou categoria processualmente substituídos pela parte impetrante, a execução individual desse mesmo julgado. Doutrina. Precedentes." (RE-AgR 648.621, STF. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe 25/02/2013)

*8. Com efeito, os sindicatos e as associações substituem o grupo ou coletividade que representam, de acordo com sua natureza. Enquanto os sindicatos substituem a categoria profissional representada, como um todo, conclusão que decorre da previsão contida no artigo 8º, inciso III da CF, a associação substitui, em regra, apenas os associados, assertiva que deflui inclusive do direito à livre associação constitucionalmente assegurado, previsto no artigo 5º, inciso XX da CF.*

*Assim, em se tratando de mandado de segurança coletivo impetrado por associação, "a abrangência subjetiva da coisa julgada fica limitada, em regra, ao grupo por ela substituído, que não é uma categoria profissional ou classe genérica de pessoas, mas sim o conjunto de seus associados" (AI 0008195-20.2016.4.02.0000, TRF2R, Des. Federal Nizete Rodrigues Carmo, DJe 14/12/2016), razão pela qual os interessados na execução do julgado deverão comprovar sua filiação à associação impetrante até o trânsito em julgado da decisão condenatória proferida na ação mandamental.*

*9. O título judicial proferido nos autos do mandado de segurança autuado sob o nº 0002254-59.2009.4.02.5101 determinou "que a autoridade impetrada promova o pagamento ao substituídos (a saber, aos aposentados e pensionistas do IBGE associados à Associação impetrante), da parcela denominada GDIBGE, na mesma proporção que é paga aos servidores em atividade mencionados no art. 80 da Lei nº 11.355/2006." (Grifo nosso) Portanto, há de se reconhecer que o julgado restringiu claramente sua abrangência a aposentados e pensionistas filiados à associação impetrante, de modo que as autoras, para ter declarada sua legitimidade ativa, devem comprovar que se filiaram à DAIBGE até o trânsito em julgado da decisão proferida naquele mandamus, conforme entendimento firmado pela jurisprudência.*

*10. A Eg. Sexta Turma Especializada deste Tribunal Regional Federal já teve oportunidade de apreciar a questão, concluindo no sentido de que,*

*para a execução do julgado proferido no mandado de segurança coletivo autuado sob o nº 0002254-59.2009.4.02.5101, os autores devem comprovar sua filiação à Associação impetrante até o trânsito em julgado da decisão que se pretende executar, em agosto de 2011.*

*Confira-se:*

*(...)*

*11. No caso dos autos, a ação foi proposta por um grupo de 05 (cinco) pensionistas, que demonstraram sua filiação à DAPIBGE em agosto de 2016 (fls. 35). O título judicial proferido no mandamos coletivo transitou em julgado em agosto de 2011 (fls. 56).*

*As autoras, portanto, não têm legitimidade para a propositura da ação executiva relativa ao mandado de segurança autuado sob o nº 0002254-59.2009.4.02.5101, eis que não eram filiadas à DAIBGE até o trânsito em julgado do título judicial que se pretende executar.*

*12. Da mesma forma, em relação à condenação da autora Marlene Matos da Rocha em honorários, o recurso não merece prosperar.*

*13. Conforme o princípio da causalidade, quem deu causa à propositura da ação extinta deve arcar com os honorários advocatícios. Assim, considerando que a autora Marlene não fazia jus às diferenças de gratificação concedidas no título judicial exequendo (fls. 101), cabível sua condenação ao pagamento da verba honorária.*

*14. Incidem honorários de sucumbência recursal no caso em tela, disciplinado no art. 85, §11, do CPC/2015, pelo que majoro, no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, os honorários advocatícios anteriormente fixados, tendo em vista o trabalho adicional do advogado da parte ré em grau recursal.*

Nesse contexto, o acórdão recorrido está em confronto com orientação desta Corte, segundo a qual os efeitos da coisa julgada formada em decisão oriunda de mandado de segurança coletivo beneficiam todos os associados, independentemente da data da filiação, consoante espelham os seguintes precedentes:

***PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE TÍTULO JUDICIAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. LEGITIMIDADE. DESNECESSIDADE DE PROVA DA FILIAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO TRÂNSITO EM JULGADO.***

*I - Na origem, trata-se de execução individual da sentença proferida no mandado de segurança coletivo impetrado pela Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do IBGE - DAPIBGE. A decisão exequenda determinou "que a autoridade impetrada promova o pagamento ao substituídos (a saber, aos aposentados e pensionistas do IBGE associados à Associação impetrante), da parcela denominada GDIBGE,*

na mesma proporção que é paga aos servidores em atividade mencionados no art. 80 da Lei nº 11.355/2006." Ao julgar agravo de instrumento na execução individual, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região consignou que "o julgado restringiu claramente sua abrangência a aposentados e pensionistas filiados à associação impetrante, de modo que os autores, para ter declarada sua legitimidade ativa, devem comprovar que se filiaram à DAIBGE até o trânsito em julgado da decisão proferida naquele mandamus".

II - Não havendo, no acórdão recorrido, omissão, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015.

III - Não é dado ao Tribunal de origem limitar a abrangência do título exequendo, sem que o próprio órgão prolator da sentença o tenha feito. No caso em comento, o título exequendo tem sua abrangência limitada aos "aposentados e pensionistas do IBGE associados à Associação impetrante" sem, contudo, estipular a data em que tal filiação deva ter ocorrido. O acórdão do Tribunal a quo, doutro norte, determinou que os exequentes comprovassem sua filiação até o trânsito em julgado do MS Coletivo, extrapolando o comando da sentença exequenda. Este Tribunal já se manifestou afirmando que os efeitos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo beneficiam os associados cuja situação jurídica seja idêntica àquela tratada no decisum, sendo irrelevante a data da filiação. Precedentes: REsp 1.793.003/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 29/5/2019, AgInt no AgInt no AREsp 1.187.832/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 12/6/2018, DJe 20/6/2018, AREsp 1.390.138, Rel. Ministro Gurgel de Faria, DJe 5/11/2018, AREsp 1.397.921/RJ, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe 27/2/2019 e AREsp 1.401.330, Min. Benedito Gonçalves, DJe 21/2/2019.

IV - Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial.

Prejudicada a análise do pedido de atribuição de efeito suspensivo.

(AREsp 1477877/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 19/08/2019 - destaque meu)

**PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. ORIENTAÇÃO RESULTANTE DO JULGAMENTO DO RE 573.232/SC SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 629 DO STF.**

1. Nos termos da jurisprudência do STJ, no julgamento do RE 573.232/SC, realizado sob a sistemática da repercussão geral, o STF reconheceu que, de acordo com o art. 5º, LXX, "b", da CF, para impetrar Mandado Segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros ou associados, as associações prescindem de autorização expressa, que somente é necessária para ajuizamento de ação ordinária, nos termos do art. 5º, XXI, da CF, estando decidido que, naquela

*hipótese, as associações atuam como substituto processual, e nesta última, como representante dos associados. 2. Aplica-se a Súmula 629/STF, segundo a qual a impetração de Mandado de Segurança Coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.*

*3. Com efeito, "a impetração de Mandado de Segurança coletivo por entidade associativa não exige a obrigatoriedade de apresentação da lista dos filiados nem da autorização expressa deles; vez que tais exigências são aplicáveis somente às ações submetidas ao rito ordinário, ante a expressa previsão contida no art. 2º.-A da Lei 9.494/1997. Assim, configurada hipótese de substituição processual, os efeitos da decisão proferida, em sede de Mandado de Segurança Coletivo, beneficia todos os associados, sendo irrelevante a data de associação ou a lista nominal". (AgInt no REsp 1.447.834/CE, Rel.*

*Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 4/2/2019).*

*4. Agravo Interno não provido.*

*(AgInt no REsp 1775204/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/05/2019, DJe 19/06/2019 - destaque meu)*

**PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE TÍTULO JUDICIAL FIRMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DESARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.**

**1. Os efeitos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo alcançam todos os associados, ou parte deles, cuja situação jurídica seja idêntica àquela tratada na decisão da impetração coletiva, sendo irrelevante que, no caso, a filiação à Associação impetrante tenha ocorrido após a impetração do writ. Precedentes.**

**2. Agravo interno não provido.**

*(AgInt no AREsp 1377063/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 21/05/2019 - destaque meu)*

**PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. COISA JULGADA. LIMITES SUBJETIVOS. OBSERVÂNCIA.**

**1. No julgamento do RE n. 573.232/SC, realizado sob a sistemática da repercussão geral, o STF reconheceu que, de acordo com o art. 5º, LXX, "b", da CF, para impetrar mandado segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros ou associados, as associações prescindem de autorização expressa, que somente é necessária para ajuizamento de ação ordinária, nos termos do art. 5º, XXI, da CF, restando decidido que, naquela hipótese, as associações atuam como substituto processual,**



*e nesta última, como representante dos associados.*

*2. O STJ já se manifestou no sentido de que os sindicatos e as associações, na qualidade de substitutos processuais, têm legitimidade para atuar judicialmente na defesa dos interesses coletivos de toda a categoria que representam, por isso, caso a sentença do writ coletivo não tenha uma delimitação expressa dos seus limites subjetivos, a coisa julgada advinda da ação coletiva deve alcançar todas as pessoas da categoria, e não apenas os filiados.*

*3. Hipótese em que, no título exequendo, esta Corte acolheu embargos de divergência opostos pela Associação "para que a Vantagem Pecuniária Especial - VPE, criada pela Lei nº 11.134/05, seja estendida aos servidores do antigo Distrito Federal em razão da vinculação jurídica criada pela Lei nº 10.486/2002", não havendo qualquer limitação quanto aos associados da então impetrante.*

*4. Acolhidos os embargos de divergência, nos moldes do disposto no art. 512 do CPC/1973 (vigente à época da prolação do aresto), deve prevalecer a decisão proferida pelo órgão superior, em face do efeito substitutivo do recurso.*

*5. Agravo interno desprovido.*

(AgInt no AREsp 1254080/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 07/02/2019 - destaque meu)

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, c, e 255, III, ambos do RISTJ, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial, para determinar o regular prosseguimento do feito na origem.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora